

CAMÕES E A EUROPA

Eduardo Lourenço¹

*“Lá morreram enfim e lá ficaram
Que à desejada pátria não voltaram.”*

No início do canto III de seu poema, Camões evoca o embarço de seu herói, Vasco da Gama, diante do rei africano, que o convida a relembrar “a ilustre genealogia de seu povo”. Precaução ritualística, sem dúvida, mas também plena consciência da dificuldade que sempre se sente de falar dos seus diante daqueles que não têm obrigação de conhecer nossas histórias de família. Vasco da Gama diz bem – e nos diz – que não contará uma história desconhecida, apenas lembrará a glória dos seus. Todos nós experimentamos, como ele, um certo incômodo cada vez que, nós também, temos que presentificar, não os feitos do nosso passado abolido que Camões cantou, mas seu próprio canto, do qual quatro séculos nos separam. O que podemos nós encontrar ainda neste canto que tenha alguma relação com o nosso destino, não apenas de portugueses e europeus, mas também de membros de uma civilização planetária com sujeitos múltiplos ou mesmo talvez sem sujeito?

Poema de uma viagem que muda as relações do Ocidente com o Oriente, primeira epopéia européia, se se percebe através dele um canto heróico no qual a Europa, encarnada em um pequeno povo, se assume como mediadora de um intercâmbio destinado a se tornar universal, *Os Lusíadas* contêm vários episódios consagrados à identificação, ao mútuo reconhecimento de povos e culturas até então estrangeiros uns aos outros. Hoje vivemos num mundo não apenas identificado, etiquetado, mas também transparente. Não era assim no século XVI, quando as distâncias, a ignorância recíproca, a impossibilidade de verificar a identidade do outro, sociedade ou indivíduo, acarretavam problemas praticamente insolúveis. Quem é o outro?, se perguntam ao longo de estrofes, ao mesmo tempo, os navegantes portugueses a caminho do Oriente e aqueles que eles encontram e os interrogam também sobre a identidade que têm e sobre suas intenções. A viagem muda o viajante e aqueles que ele encontra. Em última análise, *Os Lusíadas* podem ser entendidos como o poema da invenção propriamente dita do olhar europeu enquanto olhar planetário. Naturalmente não é preciso esperar da visão camoniana do mundo o tipo de olhar sobre o outro que o século das *Cartas Persas* e de *Cândido* ilustrará, mas este não existiria sem o olhar precursor já presente nas páginas d’*Os Lusíadas*, espelho poético da experiência de dois séculos de contatos ibéricos com o mundo não-europeu. Tudo isso não impede que *Os Lusíadas* sejam e permaneçam um poema “militante”, um poema de absoluta boa consciência, en-

quanto poema conduzido e sustentado, ao mesmo tempo, pela visão católica da vida, e pela consciência da hegemonia marítima e mercantil da Europa, da qual nosso povo é então um certo tipo de primeiro representante.

Entretanto, apesar do seu fatal eurocentrismo, como diríamos, não sem um certo anacronismo, apesar sobretudo do molde humanista que obriga o Poeta a colocar a aventura da descoberta do mundo extra-europeu em um cenário habitado por deuses antigos gregos e romanos, *Os Lusíadas* são, antes de tudo e eminentemente, o poema dos encontros, da descoberta temerosa e inebriada dos outros – povos, costumes e culturas desconhecidas da Europa. Esta curiosidade insaciável testemunhada no poema, herdeira do espírito humanista e da experiência acumulada por tantas viagens desde o século XV, é já, em si mesma, uma garantia de universalidade. Meio século depois de Camões, Balthasar Gracian falará da “Europa portátil”, se referindo aos barcos que cruzam os oceanos por conta do Rei d’Espanha, tornado, àquele tempo, também, Rei de Portugal. Da Europa viajante², Camões e seu poema foram a primeira expressão exaltante e exaltada, narração da simples verdade, e consciência do valor universal da peripécia que foi a exploração e descoberta de novos espaços, com suas conseqüências, boas ou más, porém irreversíveis e inapagáveis.

É com um sentido agudo da narração que se poderia quase falar do “suspense” que Camões realiza na identificação desta aventura enquanto portuguesa, cristã, européia, e, por fim, universal. Como todos se lembram, Camões abre seu relato no momento em que Vasco da Gama e os seus percorrem já o Oceano Índico, depois de terem atravessado o cabo da Boa Esperança. Esgotados, inquietos e um pouco perdidos, os navegantes buscam um porto amigo onde poderiam descansar e ter notícias seguras a respeito das Índias. Eles crêem tê-lo encontrado, quando alcançam a pequena ilha de Moçambique, regida por um xeque que desconfia logicamente dos recém-chegados. Num primeiro movimento, a visão dos barcos portugueses havia suscitado estupefação e também um tipo de cândida alegria. No entanto, sob estas aparências, apenas uma questão preocupa os africanos:

Que gente será esta, em si deziam,

Que costumes, que lei, que rei teriam?

Questão decisiva, de fato: que cultura, que crença, em nome de que potência nos chegam estes desconhecidos? Os portugueses se acham em melhor posição para situá-los, pelo menos sob alguns traços físicos ou morais: há um século eles exploram a costa africana, desde os tempos distantes da Reconquista eles conhecem o mundo muçulmano. Apenas ignoram, neste momento, que seu inimigo hereditário tenha-se expandido pelo interior da África e que esta costa oriental seja, ao mesmo tempo, muçulmana e negra:

*A gente da cor era verdadeira
Que Phaeton, nas terras acendidas,
Ao mundo deu, de ousado e não prudente.*

É este povo negro e alegre que os descobridores deixam subir a bordo, como um enxame de abelhas. É a este povo que eles oferecem comida e bebida:

*Não eram ancorados, quando a gente
Estranha polas cordas já subia.
No gesto ledos vêm e humanamente
O capitão sublime os recebia.*

Estes idílios dos primeiros contatos entre a Europa e os novos mundos – Colombo nas Antilhas, Cabral no Brasil – são infelizmente de curta duração. A inquietação, a suspeita, tão naturais, estão sempre presentes:

*Comendo alegremente perguntavam
Pela arábica língua, donde vinham,
Quem eram, de que terra, que buscavam,
Ou que partes do mar corrido tinham?*

Esta curiosidade – mais que legítima – obtém uma primeira resposta: dar lugar a uma identificação global, para a qual é importante a natureza dos agentes e a causa final que os faz agir:

*Os Portugueses somos do Ocidente,
Imos buscando as terras do Oriente.*

Ao longo de todo o poema, encontraremos novas fórmulas de auto-identificação, mais detalhadas ou mais grandiloquentes, mas nenhuma mais grandiosa, porque verdadeira, em sua simplicidade épica. Em um só dístico tudo é dito: a verdade da geografia e da história, mas também o sentido transcendente da aventura, para não dizer seu sentido iniciático: do reino da noite às fontes do dia. Esta primeira autodefinição de uma identidade em transformação é anônima, ou antes coletiva. Estes portugueses sabem quem eles são e o que eles fazem. Coletiva é igualmente, sob a pena de Camões, a primeira síntese da aventura vivida por todos, o chamado da viagem atlântica, o feito memorável de contornar a África, assim como a declaração de fidelidade absoluta ao rei distante, potente, e tão amado que seus marinheiros teriam atravessado o lago do Inferno com a mesma alegria, se ele lhes tivesse ordenado. Mas tudo isso já é passado. Agora os descobridores querem saber por sua vez quem são os outros e se eles têm ouvido falar das Índias:

*Mas já razão parece que saibamos,
Se entre vós a verdade não se nega,
Quem sois, que terra é esta que habitais,
Ou se tendes da Índia alguns sinais?*

O canto I d' *Os Lusíadas* é o da suspeita e da esperança. Não se trata ainda do verdadeiro encontro do Ocidente e do Oriente, mas somente das premissas. Camões expõe estes primeiros contatos como um diretor de cena, regulando os efeitos, se colocando a cada momento no ponto de vista dos portugueses e não de seus novos parceiros, dos quais os primeiros ignoram a verdadeira identidade e os pensamentos mais profundos. Esta imersão em um espaço humano novo, ainda indefinido, anuncia de certa maneira o sentido cósmico de Claudel em *Le soulier de satin*. Traz sobretudo o Shakespeare de *Antônio e Cleópatra*, com este silêncio e esta espera dos deuses na véspera da batalha de Actium, em que o destino e a imagem do mundo antigo estavam também em declínio. A seu momento os mouros dizem sua identidade:

*Somos, um dos das ilhas lbe tornou,
Estrangeiros na terra, Lei e Nação;
(...)
Nós temos a lei certa que insinou
O claro descendente de Abraão
Que agora tem no mundo o senhorio*

Potência contra potência, então. Fé contra Fé também? Apesar de sua desconfiança, o Xequê acredita por um momento que os portugueses podem ser os turcos, os novos cruzados do Islão, terror da Europa, temendo, com conhecimento de causa, que eles não sejam cristãos. Ele pede para ver os livros da Lei dos portugueses, e, de uma maneira muito realista, o conjunto de armas que os portugueses trazem em seus navios. Vem então o momento da grande explicação. É necessário revelar quem são,³ e correr o risco da revelação. A identificação se torna mais precisa e se aprofunda. À questão de se saber se os portugueses são turcos ou cristãos, Vasco da Gama responderá inequivocamente, situando-se no mundo físico, moral e sobretudo religioso, com clareza e veemência. Ele se definirá de saída como europeu e cristão, o que para ele, além do mais, é a mesma coisa.

*Dar-te-ei, senhor ilustre, relação
De mi, da Lei, das armas que trazia.
Nem sou da terra nem da geração
Das gentes enojosas da Turquia:*

*Mas sou da forte Europa belicosa,
Busco as terras da Índia tão famosa.*

Eis a primeira inscrição de nossa aventura nacional na casa-Europa que é, para Camões, mais a Cristandade que um espaço físico ou uma história comum, e uma cristandade, segundo ele, em estado de legítima defesa, precisamente contra esta Turquia que há um século – para o poeta – bate às portas do Ocidente com sucesso. E é a Lei desta cristandade que ele evoca. Isto é, evoca a Fé, sob a forma mais militante, digna representante da Reforma católica, que acabava de se apropriar de uma nova armadura teológica, uma nova pedagogia e uma nova estrutura no Concílio de Trento. Espanha e Portugal tornaram-se potências marítimas, conquistadoras e missionárias. São o braço secular deste catolicismo na defensiva no seio da cristandade e, desta maneira, mais intransigentes e intolerantes do que no passado. Para um tempo como o nosso, a profissão de fé dos heróis – isto é, do poeta ele mesmo e do povo que ele exalta – pode ter algo não somente de anacrônico mas também de chocante e de incompreensível. Mas é preciso ler no poema o que nele se acha, sua verdade segundo ele e segundo o tempo que se escreve e se inscreve no canto, sem ceder à tentação tipicamente moderna e masoquista de apagar nossa própria identidade, em nome de uma universalidade vazia ou de uma compreensão normal da diferença e da identidade do Outro. Alguns de nós podem pensar que nós europeus entramos há muito tempo na era pós-cristã ou mesmo anticristã. É uma perspectiva que vem de longe, muito longe, e já, na época de Camões, a Europa estava vivendo, no plano espiritual e ideológico, como *reino dividido*. A Europa de Camões, a Europa de nós ibéricos, é totalmente outra. Mas ele conhece e sofre por esta divisão da cristandade, e é sem dúvida por isso que a profissão de fé de Vasco da Gama tem acentos tão cortantes. Talvez o *credo* da antiga Europa enquanto cristandade ainda não dividida nunca fora anunciada com mais força, mais simplicidade e emoção poéticas que nas estrofes imaginariamente dirigidas a um chefe africano, na realidade proclamadas no interior de uma cultura em que o rosto do Cristo em majestade – aquele da catedral de Chartres – se apaga e começa a deixar transparecer a do Cristo-Don Quixote, esperando tornar-se a do idiota dostoiévskiano, quer dizer, aquele da Verdade deportada definitivamente para fora do mundo. A verdade segundo Camões é diferente:

*A lei tenho daquele a cujo império
Obedece o visível e invisível,
Aquele que criou todo o Hemisfério,
Tudo o que sente e todo o insensível;
Que padeceu desonra e vitupério
Sofrendo morte injusta e insofribil;*

*E que do céu à terra enfim desceu,
 Para subir os mortais da terra ao Céu.
 Deste Deus-homem, alto e infinito,
 Os livros que tu pedes não trazia,
 Que bem posso escusar trazer escrito
 Em papel, o que na alma andar devia.*

Como todos os grandes espíritos da Renascença – ou melhor, da Renascença crepuscular que nós chamamos de maneirismo –, Camões foi um habitante de dois mundos, poeta desta lei divina e do seu mistério, e poeta do mundo contraditório que nós chamamos de História, realidade obscura e enigmática, cujo sentido só se descobre no espelho de Deus. Pela consciência trágica que teve do seu destino, por sua vida de miséria e errância neste mesmo Oriente que, por vezes, pinta com as cores do sonho, Camões assumiu desde muito cedo um perfil de poeta maldito, mito que o romantismo, pelas vozes de Schlegel, de Tieck ou de Almeida Garrett consagrará. De fato, ele foi a expressão própria do classicismo que renascia, o exemplo perfeito do diálogo vivo entre a sensibilidade moderna com o mundo de Vergílio e dos Antigos. Este classicismo denota o gosto pelo real, da verdade sem dissimulação, mesmo correndo o risco de sujar seu poema glorificador com o que alguns, incorretamente, consideram como defeitos. De fato, Camões conhece o inverso da tapeçaria efusiva que desenrola diante de nós como tantos quadros falantes; e ele não está totalmente enganado quanto à sublimação épica da nossa aventura marítima, o que nos faz saber seja no seu nome, seja dando a palavra *ao outro*. À imagem ideal dos representantes do Cristo, os cavaleiros da Europa policiada – a palavra civilização ainda não existia – oferece, em contraponto, a palavra do inimigo, o rumor, a espuma negra dos nossos feitos nas cruzadas mercantis. Pouco importa que seja da boca de Baco, símbolo das forças opostas ao sucesso da Grande Viagem, que encontremos a outra face da verdade. Sua estratégia já anuncia a das *Cartas Persas*, discurso crítico sobre nós mesmos sob a máscara do outro.

*Lhe diz como eram gentes roubadoras
 Estas que ora de novo são chegadas;
 Que das nações na costa moradoras
 Correndo a fama veio que roubadas
 Foram por estes homens que passavam,
 Que com pactos de paz sempre ancoravam.
 E sabe mais, lhe diz, como entendido
 Tenbo destes Cristãos sanguinolentos*

*Que quasi todo o mar têm destruído
Com roubos, com incêndios violentos;*

Assim, a Europa camoniana, aquela do passado glorioso que ele evoca, toda como a do seu presente, é também a desta *violência*. O amigo de Diogo do Couto, cronista realista e pouco épico dos nossos feitos e gestas no Oriente, sabe do que fala. Mais tarde, diante do primeiro rei africano amigo, o rei de Melinde, Vasco da Gama, herói da viagem sem par, se incumbem de inverter esta imagem, esta lenda negra associada à aventura heróica.

*Não somos roubadores que, passando
Pelas fracas cidades descuidadas,
A ferro e fogo as gentes vão matando,
Por roubar-lhes as fazendas cobiçadas;
Mas, da soberba Europa navegando,
Imos buscando as terras apartadas
Da Índia, grande e rica, por mandado
De um Rei que temos, alto e sublimado.*

Gama – ou o poeta por seu intermédio – evoca bem o direito das pessoas, o da livre comunicação entre os homens, elaborado um pouco antes por Francisco de Vitoria para justificar a colonização da América indiana ou para já falar da livre circulação marítima, sobre a qual Hugo Groce logo fará um tratado. Uma sombra se entreporá sempre entre a imagem crítica da aventura e sua realidade vivida. Este desnível, por outro lado, confere ao poema não apenas sua verdade profunda, mas sua humanidade. Camões deve muito do seu saber poético e da sua música a Ariosto, mas não pode e não quer, como o autor de *Orlando Furioso*, retratar um mundo de fadas ou de fantasia cavalheiresca. Seria demais dizer que Camões cria de acordo com a natureza, como lhe acontecia às vezes: pinta e recria os relatos coloridos de nossos grandes cronistas e historiadores da Ásia, em particular João de Barros, homens de minúcia e de verdade, extasiados como ele pela singularidade dos outros, por sua estranheza, aceitando-os plenamente como tal, quer se trate de seu ritual de poder ou de sua música.

*Um batel grande e largo
(...)
Traz o Rei de Melinde acompanhado
De nobres do seu reino, e de senhores.
Vem de ricos vestidos adornado,*

Segundo seus costumes e primores;
 (...)
 Música traz na proa, estranha e leda,
De áspero som, horríssimo ao ouvido;
De trombetas arcadas em redondo,
Que, sem concerto, fazem rudo estrondo.

Nenhuma complacência neste quadro, nenhum paternalismo, unicamente a relação de uma cerimônia evocada no mesmo espírito e de acordo com os mesmos esquemas europeus presentes no encontro do *Drap d'Or* entre Henrique VIII e Francisco I. É certo, esta curiosidade em relação ao outro, este reconhecimento do outro em relação a si mesmo, tem por trás uma longa e bela história de Heródoto a Marco Polo, mas, no tempo de Camões, haviam-se tornado de fato um *habitus* europeu. Seu inevitável eurocentrismo não retira nada de seu potencial universal. A divisão humana não passa mais pela raça, pela cor da pele, nem mesmo pela crença, mas pela revelação de “algo em comum”, *boa fé, bondade*, a que chamamos humanidade, equivalente à *piedade* no mundo de Vergílio. Tal é o sentido do elogio de Vasco da Gama ao dirigir-se ao Rei de Melinde que, apesar de ser mouro, o acolhe como amigo:

Tu só, de todos quantos queima Apolo,
Nos recebes em paz, do Mar profundo.
 (...)
 Enquanto apacentar o largo Pólo
As estrelas, e o sol der lume ao Mundo,
Onde quer que eu viver, com fama e glória
Viverão teus louvores em memória.

O rei de Melinde é o Outro, e é a este Outro, ao que *escuta*, que Vasco da Gama descobre, enfim, sua *identidade*, é diante dele, rei cheio de humanidade, que ele se rende mais profundamente, lembrando o mundo de onde vem, seu perfil moral, antes de discorrer sobre a história de seu povo. A evocação camonianiana da Europa, todavia, é tipicamente humanista, simples retrato sintético e mítico de seus povos, de suas nações, seguido às vezes de uma caracterização sumária de seu modo de ser. A Europa no seu conjunto é quase sempre evocada como *soberba*, orgulhosa.

Entre a zona que o Cancro senhorea,
Meta setentrional do Sol luzente,
E aquela, que por fria se arrecea

*Tanto, como a do meio ardente,
Jaz a soberba Europa (...)*

Nada há de muito original nesta visão camoniana da Europa e de seus habitantes. É um mundo descrito com base nos livros, um mundo que o poeta não visitou, galáxia confusa de povos e países, resultando um retrato simples, por seu arcaísmo voluntário e mais próximo das descrições de Estrabão ou de Júlio César que dos cosmógrafos do século XVI. Camões retoma, para as nações de seu tempo, as designações antigas, nos fala, como que se divertindo, dos citas, dos sarmatas, dos rutenos, dos moscovitas, ao lado dos saxões, da fria Lapônia, da inculca Noruega (sic), e, com mais precisão na ordem física e histórica, da Itália, antiga mestra do mundo e, hoje, enfraquecida pela presença do Porteiro Divino, ou da Gália onde César triunfou outrora. Descrição rápida, mágica, conduzida por uma única idéia: situar, separar do conjunto a “nobre Espanha”, pátria comum de Espanhóis e de Portugueses.

*Eis aqui se descobre a nobre Espanha,
Como cabeça ali de Europa toda,
Em cujo senborio e glória estranha
Muitas voltas tem dado a fatal roda;
Mas nunca poderá, com força ou manha,
A fortuna inquieta pôr-lhe noda
Que lha não tire o esforço e ousadia
Dos belicosos peitos que em si cria.*

Este orgulho ibérico, esta exaltação, este sentimento de proeminência histórica tem então justificativas: Filipe II reina sobre quase a metade da Europa, a invencível Armada ainda não pereceu nas mãos de Dratre, e nosso jovem rei, senhor de um espaço em que o Sol se põe, não sabe que todos os seus sonhos, e os sonhos de seu povo, se perderão brevemente nas areias do Marrocos. Nós somos este “reino lusitano”:

*(...) quase cume da cabeça
Da Europa toda (...)
Onde a terra se acaba e o mar começa*

Nós, que viveremos mais tarde como Europa “ex-centro”, se não excêntrica, confrontados com a solidão atlântica, somos então, por ele, um tipo de eixo do mundo, uma pátria mestra frágil dos mares, Europa saída de seus limites para nunca mais voltar inteiramente sobre seus passos. Nestes versos que se tornaram para cada um de nós um tipo de carteira de identidade íntima, Camões-Gama, confundindo num só ato a viagem às Índias e o empreendimento mais maravilhoso ainda, da escritura de seu poema, endereça então à sua pequena pátria a oração de seu coração errante:

*Esta é a ditosa pátria minha amada,
 À qual se o céu me dá que eu sem perigo
 Torne, com esta empresa já acabada,
 Acabe-se esta luz ali comigo.*

Era a instituição de Portugal como Pátria-Saudade, prece mil vezes recitada, como a do povo judeu por Jerusalém, por gerações inumeráveis de portugueses dispersos pelos quatro cantos do mundo. Se tal povo merece que se lembre a história de suas venturas e desventuras, é unicamente pelo fato de que ele aparece, desde sempre, apontando para este objetivo único, esta abertura ao mundo, onde a viagem de Gama é apenas o sinal visível. Mais próximo de nós, um outro de nossos grandes poetas escreveu que “todo português que é apenas Português não é um verdadeiro Português”. Na ótica do tempo, e sentindo-o ainda mais vivo no seu espírito e na sua carne, Camões não disse outra coisa. Mas isto poderia se estender também à Europa saída de si mesma conosco ao longo de seu poema. Através dos descobridores, a Europa abre os olhos sobre o mundo, o mundo abre os olhos sobre a Europa, em um diálogo que se faz história do mundo e que, doravante, não terá mais limites. Desta visão-do-mundo, o poema camoniano é a primeira expressão consciente e realizada. Camões compreendeu que o importante não era um “fato diverso” da História, mesmo excepcional, como o encarnado por Vasco da Gama ao serviço de um pequeno povo da Europa, mas a aventura simbólica da comunicação humana na escala universal, a verificação, por assim dizer, experimental, de que a humanidade é uma só, em toda parte semelhante e diferente. Os homens podem ter um olhar comum sobre eles mesmos, podem ter sobre a *máquina do mundo*, quer dizer, o “sistema do mundo”, para retomar a expressão de Pierre Duhem, uma visão de conjunto, e compreender um pouco melhor onde estão e o que devem fazer. Sabemos todos que *Os Lusíadas* terminam simbolicamente por esta visão da *máquina do mundo*, oferecida em recompensa àqueles que ousam afrontar os mistérios da natureza e as armadilhas do Destino. Esta contemplação engloba a realidade cósmica, a realidade terrestre, o lugar dos continentes e dos povos no mundo. Visão “mais que humana” que Camões atribui à deusa Tétis, divindade marítima, bem colocada para apreciar o jogo embutido na aventura que os homens levaram a termo para conhecer o mundo que habitam. Mas o que é verdadeiramente interessante neste último olhar panorâmico sobre o nosso planeta é o fato de ele não se descobrir mais segundo uma perspectiva centrada na Europa, como todos os outros, mas a partir de um ponto ideal, extra-europeu. Este novo olhar é o do cidadão de um outro mundo, este mundo que Camões conhece melhor que qualquer um, aquele em que passou com seu poema, em suma, o mundo:

*(...) as novas partes do Oriente
 Que vós outros ao mundo agora dais*

como o canta a ninfa Tétis. É certo, a Europa é sempre evocada, no poema, no primeiro lugar, no desfilar dos continentes.

Vês Europa cristã, mais alta e clara

Que as outras em polícia e fortaleza,

Mas é sobre o panorama detalhado do mundo africano e asiático que, do novo império meio real meio fabuloso do Oriente, o poeta passeia, como um São João Persa da Renascença, seu olhar extasiado; é a partir daí, deste novo palco do homem ocidental, que ele sobrevoa o mundo conhecido, da Groenlândia à Terra do Fogo, do México e do Brasil ao Japão e ao Timor. Sentimos que Camões conhece este mundo novo, seu comércio, seus usos, seus ritos, bem mais que os de sua Europa natal. Compreendemos que não é uma palavra vã sua declaração de ter deixado “sua alma dispersa pelo mundo”. E é em nome desta aventura nova, executada, segundo ele, em nome de Cristo, que Camões se permite apostrofar com rudez a outra Europa, a Europa que ficou no cais, este continente em perpétua guerra contra si mesmo, e, há meio século, separada, dividida pelos *dentés de Cadmo*, estes dentes do gigante da fábula grega que, caídos na terra, tornavam-se novos gigantes que lutavam entre si.

Oh míseros cristãos: porventura

Sois os dentes de Cadmo esparzidos

Que uns aos outros se dão a morte dura

Sendo todos de um ventre produzidos?

Olhemos as analogias anacrônicas e deixemos em paz os demônios, nunca definitivamente adormecidos, de nossas antigas querelas e de nossas divisões. A Europa camoniana não é mais, há muito tempo, nossa Europa, mas os traços do dilaceramento do século XVI estão ainda presentes nas nossas memórias e pensamentos subliminares. A esta antiga divisão, outras mais recentes e mais dolorosas vieram juntar-se. A Europa não tem mais a exclusividade deste *olhar planetário* que as grandes descobertas, seguidas pelo progresso científico, lhe asseguraram durante séculos. Seu espírito, sua cultura, não se assumem mais como os da cristandade, mesmo dividida, como no tempo de Montaigne, de Camões, de Cervantes e de Shakespeare. Mais unida do que nunca sobre certos pontos, e sempre em busca de si mesma, a Europa permanece, apesar de tudo, esta encruzilhada da humanidade, este Fórum universal, representado simbolicamente por esta casa em que todas as culturas, todas as línguas tentam dialogar e compartilhar a riqueza de suas diferenças.

Não é sem propósito evocar neste Fórum um poema, à primeira vista destinado à exaltação de uma ação e de um povo entre outros, pois este poema, cheio do rumor de todos os oceanos, preenche de eco tantas paisagens e línguas da Terra, ultrapassa, desde sempre, seu audi-

tório restrito, e se inscreve, por sua beleza e por seu espírito, entre esses cantos que Michelet considerava a voz anônima da humanidade. Há pouco, após uma longa vigília de armas, como se fôssemos de todo jovens postulantes, as portas da grande Europa foram abertas diante de nós. A Europa não nos teria feito esperar tanto se conhecesse melhor o poema que, primeiramente, recolheu sua imagem viajante em busca da universalidade. Talvez seja nossa culpa se a Europa não o conhece tanto quanto ele merece. Se ela o tivesse conhecido melhor, esta nova e velha Europa teria podido nos acolher mais cedo, mais que à pátria de Don Quixote, pois seria a ela mesma que teria acolhido. Mesmo se chegássemos totalmente nus, o mais europeu de todos os poemas bastaria para nos vestir.

Vence, 7 de junho de 1986.

Tradução de Cláudio de Sá Capuano e Sérgio Nazar David

NOTAS DO TRADUTOR

- 1 O autor d'*O labirinto da saudade* já é bastante conhecido do público universitário brasileiro, sobretudo aquele que circula nas faculdades de Letras. O texto que se segue foi extraído de *Nós e a Europa ou as duas razões*, livro escrito parte em português, parte em francês. Vale assinalar aqui o quanto Eduardo Lourenço sai da tradição beletrista e da tradição romântica, que fazem de Camões um mito, pau pra toda obra, poeta visionário dos gorilas do salazarismo ou comunista de carteirinha das baladas do pós-25 de abril. Não. Lourenço não cede a nenhuma destas tentações. Assinala o que Jorge de Sena já apontara pioneiramente, o maneirismo na obra de Camões, a verdadeira máquina de guerra discursiva posta em curso ao longo de dez cantos, acrescentando ainda, com o comedimento necessário a tal empresa, o quanto Camões, sendo poeta da lei divina, é também "poeta do mundo contraditório que chamamos História". Os românticos tentaram mostrar esta face moderna em Camões, mas terminaram por mitificá-lo como poeta mendigo, talvez em sua representação mais emblemática no quadro de Domingos Sequeira, onde aparece maltrapilho no leito de morte. *Camões et l'Europe* foi lido por Lourenço em 10 de junho de 1986 em palestra no Palácio da UNESCO (Paris). Todas as citações de *Os Lusíadas* vêm seguidas de tradução para o francês. Optamos por retirar os versos em francês e por manter o texto em português segundo a co-edição da Figueirinhas (Porto) e da Padrão (Rio de Janeiro), organizada por António José Saraiva. Fizemos isto após observarmos vários erros nas transcrições d'*Os Lusíadas*, que a 2a. edição de *Nós e a Europa* (Imprensa Nacional - Casa da Moeda) traz. Fique aqui registrado o nosso mais sincero agradecimento a Eduardo Lourenço pela generosidade e pela prontidão com que nos autorizou esta publicação. (Sergio Nazar)

- 2 O autor emprega a expressão "Europemobile". [NT]
- 3 "Il faut annoncer la couleur". O sentido literal do termo sublinhado é a cor, a tinta, a aparência. [NT]